

Governadores ficarão fora da CPI

Está decidido: os governadores e os ministros de Estado não comparecerão perante a CPI da Corrupção do Orçamento, mesmo que seu depoimento seja considerado

necessário. Reunida na noite de ontem, a CPI lembrou o artigo 221 do Código de Processo Penal para estabelecer que eles terão direito a ajustar data, horário e local dos depoimentos. Dessa forma, caso precise ouvi-los, a CPI encaminhará a eles, por escrito, as suas questões.

Os governadores e ministros poderão também responder por escrito. Somente caso essas respostas sejam consideradas insatisfatórias — o que precisará ser decidido pela maioria dos votos dos membros da comissão — é que deverão comparecer perante a CPI. Três governadores, pelo menos, estão na lista de 33 pessoas cujos depoimentos poderão ser solicitados pela comissão. São Joaquim Roriz, do Distrito Federal, Edison Lobão, do Maranhão, e João Alves, de Sergipe, que entraram na investigação por terem sido citados pelo economista José Carlos Alves dos Santos.

Caso a CPI resolva que é necessária a convocação do presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), igualmente citado por José Carlos, poderá ter apenas um depoimento por escrito. Também Lucena tem essa prerrogativa garantida pelo Código de Processo Penal.

Calendário — Os depoimentos da próxima semana não foram definidos na reunião de ontem, que durou cerca de quatro horas. O deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) insiste em depor o mais rápido possível, alegando direito de defesa. O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, pediu pressa no levantamento de dados das subcomissões relativos ao de-



CARLOS MOURA



Passarinho, Benito Gama e Magalhães na reunião da CPI: 33 convocações sob exame mas ainda sem decisão

putado, para que seu depoimento possa ser marcado.

O plenário da CPI decidiu que a convocação do senador José Sarney (PMDB-AP) foge aos objetivos da CPI. "A CPI foi convocada para apurar ilícitos no Orçamento da União", explicou Passarinho. A decisão poderá ainda ser contestada por integrantes da Comissão.

Passarinho disse estar convencido de que da lista de 33 "convocáveis" nem todos deverão ser chamados a depor. Segundo o senador, o fato de terem sido citados por José Carlos não indica necessariamente participação na máfia do Orçamento. A idéia é que as convocações só aconteçam por invocação das subcomissões quando houver indícios reais de envolvimento.

Ontem, durante a reunião, foi levantada a hipótese de acelerar os trabalhos da CPI. "Tenho vontade de encerrar os trabalhos até o dia 15 de dezembro. Gostaria que não chegássemos ao Natal", disse Passarinho. O relator Roberto Magalhães (PFL-PE) pro-

pôe que os depoimentos se encerrem no máximo até o dia 16 de dezembro. Magalhães quer que a partir do dia 4 sejam ouvidos dois parlamentares por dia. O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) informou que o calendário deixaria para o último dia os depoimentos dos senadores Humberto Lucena e Mauro Benevides (PMDB-CE).

Vice-Ministro — A CPI do Orçamento ainda aprovou ontem à noite a quebra de sigilo bancário do secretário-executivo do Ministério da Integração Regional, Márcio Reinaldo Dias, citado pelo ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos como o elo do Executivo para a liberação das verbas do Orçamento. A época, segundo José Carlos, Dias trabalhava no Departamento de Orçamento da União (DOU) e na antiga Secretaria de orçamento e Finanças (SOF).

Na reunião de ontem da CPI, ficou decidido que não havia necessidade de pedir a quebra do sigilo bancário de prefeituras (Itarantim, Itororó, Eunápolis e Ita-

bela) ligadas aos deputados João Alves (PPR-BA) e Genebaldo Correia (PMDB-BA). Suas contas são públicas, mas se houver resistências dos bancos, a CPI imediatamente votará a quebra. Também serão verificadas as contas do Núcleo de Voluntários Sociais de Vitoria da Conquista que recebeu 525 mil dólares.

O senador José Paulo Bisol (PSD-RS) ficou encarregado de fazer uma consulta ao Banco Central para que a CPI saiba como agir em casos de resistência para a quebra de sigilo bancário de prefeituras. Pelos cálculos das Subcomissões de Emendas e Subvenções, no período de 1989 a 1992, Itarantim recebeu 3,6 milhões de dólares; Itororó 458 mil dólares, Eunápolis 471 mil dólares e Itabela 304 mil dólares.

A CPI, nas duas reuniões desta semana, aprovou a quebra de sigilo bancário e fiscal de 26 pessoas e empresas. Estão incluídos nessa relação a assessora parlamentar do deputado Genebaldo Correia, Deusdete Carrilho, e seu sócio Antônio Portugal.